

A ANÁFORA NÃO-CORREFERENCIAL PRONOMINAL

Abstract

This paper is supported by the Corpus of the research the Study Project of the Cultured Urban Linguistic Norm (NURC) and is dedicated to investigating the non-correferential anaphora pronominal in the spoken language, mainly its linguistic usage on the communicative process.

Key words: *anaphora; text; process; coreference; textual recovering.*

Este trabalho faz parte da tese de doutoramento – **Aspectos do uso da anáfora no português oral** que, a partir do *corpus* do NURC, e pautada nos trabalhos de Apothéloz (1995), Mondada (1995), Berrendonner (1995), entre outros, sobre a anáfora, a pesquisadora sugere uma nova classificação deste elo coesivo, realizada dentro de dois grandes eixos: (a) o eixo das anáforas correferenciais; (b) o eixo das anáforas não-correferenciais. No primeiro caso, encontram-se os elos anafóricos que recuperam o mesmo referente, sendo, pois, necessária a presença de um antecedente; no segundo, tem-se as ligaduras coesivas não-correferenciais que, por se processarem apoiadas em dados semântico-pragmáticos, não recuperam o mesmo referente e não necessitam obrigatoriamente da presença de um antecedente pontualizado na superfície textual.

Consoante critérios definidos na metodologia, optou-se na pesquisa por trabalhar as anáforas não-correferenciais a partir do *corpus* do NURC, nas cinco cidades de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, considerando os seus três diferentes gêneros textuais: DID - diálogo informal entre documentador e locutor, D2- diálogo informal entre dois locutores e EF- elocução formal, dentro da faixa 2, que tem como informantes os indivíduos com idade entre 36 a 55 anos. Do escopo dos anafóricos não-correferenciais, foram analisadas a anáfora pronominal - anáfora nominal resumitiva; - anáfora nominalizada e anáfora associativa. Neste artigo, apresentam-se algumas considerações sobre a anáfora não-correferencial do tipo pronominal.

Dentro dessa linha de pesquisa, foram analisados 15 inquiridos, perfazendo um tempo total de 300 minutos, cujos resultados estão condensados na tabela que segue:

Percentual em relação ao total de cada gênero textual			
Gêneros Textuais	DID	D2	EF
	59,92 %	35,43 %	27,72 %

Verifica-se, nestes dados, que a anáfora não-correferencial pronominal, cujo anafórico é um pronome pessoal de 3ª pessoa, sem antecedente explícito na superfície textual, abstraindo a variável independente cidades NURC e considerando apenas a variável dependente “gênero textual”, obteve percentuais de ocorrência mais significativos do que aqueles observados para outros tipos de anáfora.

Devido à limitação do *corpus* e às idiosincrasias inerentes ao indivíduo como um todo, estes resultados não devem ser considerados, isoladamente, como caracterizadores de supremacia deste ou daquele tipo anafórico, em relação aos demais. O que se pode registrar é que se observa uma tendência, sobretudo no DID e em menor proporção para o D2 e para o EF, de maior uso produtivo deste elo coesivo.

Talvez este resultado possa estar associado ao tipo de modalidade lingüística, pois, como se sabe, os dois primeiros gêneros textuais, embora produzidos em circunstâncias que possam inibir a espontaneidade dos interlocutores – presença de um documentador e uso de gravadores, são, ainda assim, considerados representativos da modalidade falada do sistema lingüístico, visto que, após os cinco primeiros minutos, o diálogo entre os mesmos acaba fluindo naturalmente, revelando, pois, traços marcantes desta modalidade lingüística.

Os gêneros textuais DID e D2, segundo a metodologia do NURC, constituem-se, em linhas gerais, diálogos com acentuado nível de informalidade, nos quais se tem, para o primeiro, a presença de um

informante e de um documentador, e, para o segundo, a presença de um documentador e de dois informantes. Tem-se, então, nestes gêneros, uma linguagem distensa, natural, interativa, onde os interlocutores, para darem curso ao texto, recorrem a distintos processos de referência, apoiando-se nos diferentes fatores que representam a contextualização, entendendo-a segundo Marcuschi (1994, p. 8-9) da seguinte forma:

Contexto é aqui visto na acepção contexto de processamento, compreendendo, além do contexto físico de produção, também os contextos cognitivos de produção e de interpretação da fala. Esses contextos são dinâmicos e multifacetados, de modo que as condições de produção têm ali um papel parcial. Assim, as ações praticadas no discurso, as crenças dos indivíduos, seus conhecimentos enciclopédicos e os conhecimentos prévios, bem como o domínio de normas comunicativas etc. constituem contextos de interpretação.

Quanto ao gênero EF, não se constata esta mesma produtividade anafórica, do que se infere o porquê deste tipo de elo coesivo – anáfora não-correferencial pronominal – ter tido menor ocorrência nas elocuições formais. Isso pode ser explicado pelo fato deste gênero textual apresentar determinadas marcas que o aproximam da modalidade escrita do sistema lingüístico. Além disso, em se tratando de um texto didático, é de se esperar que o seu produtor tenha a intencionalidade de construí-lo, de modo mais coerente.

Uma outra explicação possível para o acentuado predomínio dessa anáfora sem antecedente nos DID (que no fundo são entrevistas sem perguntas insistentes) pode ser encontrado no fato de esses textos versarem sobre experiência pessoais em que o falante mantém uma forte relação egótica com seu mundo. Neste caso, constrói muitos referentes implicitamente para prosseguir em seu discurso, mas sem a intenção de identificá-los com precisão. Na realidade, pode-se ver que em geral os referentes desses pronomes são genéricos e estão em segundo plano no quadro narrativo e positivo.

Brait (1998, p. 87-104), ao fazer uma pesquisa sobre Elocução formal: *O dinamismo da oralidade e as formalidades da escrita*, destaca certas características, como por exemplo, o fato deste gênero textual se aproximar da estruturação de um texto escrito, tendo em vista o seu caráter indiscutível de um planejamento temático *a priori*, contribuindo, de certa maneira, para perda da espontaneidade, tão peculiar às conversações naturais; em se tratando de um texto da modalidade falada, ela registra a interação face a face – *on line*, já que os interlocutores encontram-se simultaneamente presentes; e as marcas enunciativas

interacionais, representadas pelo uso freqüente da primeira pessoa do plural - “nós”, “a gente” ou pelo uso de “você”, embora esta última forma de tratamento, no *corpus* analisado por Brait, tenha sido usada, muitas vezes, em perguntas retóricas, mas se tratando, ainda assim, de um convite à interlocução. Segundo a referida lingüista, apesar de a mesma reconhecer as idiosincrasias próprias de um determinado locutor, estes traços conferem ao gênero “elocução formal” um estatuto intermediário entre a língua falada e a língua escrita.

Parece, pois, ser possível explicar, pelo menos parcialmente, o porquê da menor incidência percentual da anáfora não-correferencial pronominal nas elocuições formais, permitindo concluir-se que se observa, com base nos dados analisados, uma tendência para a ocorrência deste tipo anafórico nos gêneros textuais típicos da língua falada – DID e D2.

A análise da anáfora não-correferencial pronominal, nos três gêneros textuais e, em especial, nos DID e D2, permitiu observar que esta tipologia, caracterizada pela ausência do antecedente textual explícito, ocorre em determinados contextos, o que configura diferentes estratégias que os interlocutores do discurso usam para processá-lo. Confira-as por meio dos exemplos (1), (2) e (3) a seguir:

(1) DOC — Então, nós já podemos começar a falar da cidade.

I18 — Bom, no ... em janeiro desse ano, eu estive como membro numa comissão de inquérito pra apurar umas irregularidades numa farmácia do IPASE, em Natal, Rio Grande do Norte.

DOC — Hum.

I18 — Não conhecia ainda Natal. E vim, e adorei aquela cidade, sabe? É uma coisa fora de série, né?

DOC — Então, vamos... (superp)

I18 — Não só (superp) no ponto de vista humano, tá entendendo, até...

DOC — Hum, hum.

I18 ... **o povo** mesmo, não sabe, a comu... comunicação, **o pessoal**... Fantástico! E a beleza da cidade, né? **Eles** têm praias, talvez mais bonitas do que as nossas, não sabe, e lagoas. Tem lá uma lagoa, a Lagoa do Bonfim, que tem dezessete quilômetros de extensão. E **eles** estão agora tratando de ... eh ... habitarem aquela margem toda, né, fazendo... (SSA-DID-INQ 100-L1-20)

Em (1), há duas ocorrências desta tipologia anafórica: na primeira, tem-se a relação anafórica entre o SN **Eles** (L15) e o antecedente **o povo** (L13) e/ou **o pessoal** (L14). Segundo Apothéloz (1995, p. 105), trata-se de uma anáfora por siléps¹, visto que se processa uma concordância de número, centrada

¹ A noção de siléps também se refere aos tropos mistos. Para maior aprofundamento, veja Fontanier (1977, p. 105)

no sentido deste antecedente e não nas marcas morfológicas que o mesmo possui, enquanto entidade lingüística; assim, torna-se possível especificar **os potiguares** como referentes deste pronome.

Na segunda, o SN **eles** (L18) constrói os seus referentes a partir do co-texto que o antepõe e o pospõe e do *frame* de governantes, depreendido a partir do trecho **...estão agora tratando de ... eh ... habitarem aquela margem toda, né, fazendo....** que, ao ser ativado, possibilita inferir que o SN **eles** (L18) tem como prováveis referentes o governador do Rio Grande do Norte e o prefeito de Natal. O fato do pronome ter também como suporte o co-texto a ele posposto, evidencia a zona de interseção que há entre anáfora e catáfora², mostrando que, para efetivá-lo referencialmente, pode ser necessário expandir para o texto como um todo, além de introduzir entidades relativas ao conhecimento partilhado e aos conhecimentos de mundo.

Segundo Kleiber, Schnedecker, Ujma (1991, p. 20), a consumação deste tipo anafórico envolve dois procedimentos cognitivos distintos, embora inter-relacionados entre si, a saber:

- (a) no primeiro, o pronome retém o valor semântico do coletivo **eles**, generalizando, assim, uma classe de indivíduos que, no exemplo acima, se tem os potiguares como um todo;
- (b) no segundo, o pronome detém o aspecto restritivo, executando um corte na referida classe de indivíduos, restringindo-a, pois, a um determinado grupo. No exemplo em pauta, no momento em que se pode inferir que se trata de governantes do Estado do Rio Grande do Norte, tem-se a restrição especificada.

Os dados analisados, entretanto, mostram que a anáfora não-correferencial pronominal, na sua forma pluralizada, nem sempre executa estes dois procedimentos de forma simultânea, podendo deter, apenas, o aspecto ligado à generalização do pronome. No exemplo (1), o pronome **Eles** (L15) generaliza a classe de indivíduos potiguares, sem contudo restringi-la. Observe-se um outro exemplo:

- (2) INF — Bom, a Bahia antiga eu acho espetacular, né, como beleza, como ponto de vista histórico, né? agora, a parte nova também é muita... uma beleza espetacular, né? **Com essas aveni... avenidas de vale...** E que nós devemos isso... embora eu não goste **dele**, mas tenho que reconhecer que foi um **rapaz dinâmico, né?** (SSA-DID-INQ 100-L90-96)

Em (2), tem-se o anafórico **dele** (L95) que, para consumir a sua referenciação, apóia-se, a partir

da pista co-textual **Com essas aveni... avenidas de vale...**, no conhecimento de mundo, de cunho sócio-cultural, partilhado entre os interlocutores do discurso, para extrair o referente – o Sr. Antonio Carlos Magalhães, prefeito, naquela época, da cidade de Salvador. Quanto à sua forma singular, observou-se que ela tem baixíssima produtividade, principalmente face à forma pluralizada. Considere-se, por último, o exemplo adiante:

- (3) INF ... da Bolsa de Valores para fazer um curso para alunos e professores da escola mas tem que ser...

()

é... **na Bolsa de Valores...** porque **eles** estavam dizendo inclusive que era uma: ... **eles** têm um curso... ϕ têm dado um curso ano passado ϕ deram pra não sei quantos mil e tantos universitários e que **eles** estavam oferecendo à escola se fosse interesse...

(RJ-D2-INQ 355-L1-8)

Em (3), o referente do pronome não-correferencial anafórico é extraído, inicialmente, apoiado na expressão **na Bolsa de Valores....**, que se constitui uma espécie de pista, um SN-fonte, que permite a especificação dos referentes. Para dar curso à referenciação, verifica-se que o informante usa os dois procedimentos cognitivos – o da generalização (remetendo para os indivíduos da Bolsa de Valores) e o da restrição (especificando que se trata dos professores desta instituição), depreendida do co-texto *a posteriori* ao elo coesivo, caracterizado pelos pronomes presentes ou elípticos no texto (**eles**, ϕ - linha 5, ϕ - linha 6 e **eles** - linha 7) formando assim uma coesiva.

A operação em (3) de referenciação diferencia-se dos demais exemplos, porque o SN-fonte, ainda com deslocamento sentencial à esquerda, exerce, de fato, função sintática de sintagma adverbial de lugar, dentro da mesma sentença onde ocorre o anafórico, aspecto trivial na língua falada, porém, pouco comum na tradição da anáfora, por se supor sempre uma retomada referencial fora do limite sentencial, o que não acontece neste caso.

As estruturas segmentadas com deslocamento, principalmente à esquerda da sentença, têm recebido contínua atenção de pesquisadores. Considere, por exemplo, o que diz Koch (1997, p. 3-5) a respeito das mesmas:

o papel das construções segmentadas é, em se tratando de construções com tema marcado, destacar um elemento do enunciado, colocando-o em posição inicial, com o objetivo de indicar para o interlocutor, desde

² Na tradição, chama-se catáfora o pronome cujo referente se encontra a ele posposto (**Ele**, o José).

o início, aquilo de que se vai tratar, ou em posição final, para fornecer um esclarecimento a mais, uma complementação, um adendo.

Portanto, neste caso, o sintagma nominal deslocado funciona como o tema da sentença, e o anafórico, o cabeça do rema ou comentário, manifestando assim o princípio funcional da linguagem, tal como fora formulado pelos lingüistas da Escola de Praga.

Destas ocorrências, depreende-se que a anáfora não-correferencial pronominal realiza-se, em geral, pelas seguintes estratégias co-textuais:

- (a) por antecedentes, fora do escopo sentencial, representados por sintagmas nominais do tipo *a gente, o povo, o grupo, a turma*, entre outros;
- (b) por pistas textuais que a antecedem e a pospõem e, neste caso, revestem-na de traços catafóricos, por recorrer também a textos *a posteriori*;
- (c) por extraposição sentencial do SN-fonte ou tema marcado, realizado dentro da mesma sentença onde ocorre o anafórico.

Quanto à questão morfossintática, o resultado dos dados permite observar que, diferentemente da anáfora na sua abordagem clássica, cujo antecedente se encontra sempre fora da estrutura sentencial – a anáfora não correferencial pronominal se realiza textualmente, tanto fora do limite sentencial, como dentro dele. Além disso, pode-se também asseverar que a posição sintática de sujeito foi acentuadamente produtiva, em face das demais funções sintáticas.

A análise dos dados, na sua totalidade, deixa claro que a noção clássica de anáfora, conforme postulam Halliday e Hasan (1976), definida como a relação referencial entre um sintagma pronominal e um sintagma lexical - antecedente, realizados linearmente na superfície textual, está superada. Daí o posicionamento de Apothéloz (1995, p. 22), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 227-271), Mondada e Dubois (1995, p. 273-302) e Koch e Marcuschi, (1999, p. 3-5), em rejeitarem veementemente a fórmula segundo a qual todo elemento anafórico se refere a um antecedente. Para Apothéloz (1995, p. 22), a noção de antecedente, enquanto segmento textual, só contempla o eixo correferencial da anáfora, uma vez que se caracteriza por estabelecer retomadas que pontualizam referentes específicos.